

OS COLÉGIOS ESTADUAIS DO CAMPO LOCALIZADOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DO PARANÁ: EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM FOCO

Maria Arlete Rosa¹

Marlene Aparecida Comin de Araújo²

Gerson Luiz Buczenko³

Resumo: O presente artigo retrata uma pesquisa que teve como objeto de estudo os projetos escolares em Educação Ambiental dos colégios estaduais do campo, localizados nos assentamentos rurais do estado do Paraná. O objetivo é compreender a presença da Educação Ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo localizados em assentamentos rurais do Paraná. Nesse sentido, aprofundou-se o debate sobre as concepções de Educação Ambiental para se conhecer também os limites e possibilidades da Educação Ambiental nos colégios estaduais dos assentamentos rurais. Ao final, avalia-se que a Educação Ambiental se faz presente nos projetos escolares dos Projetos Político-Pedagógicos dos Colégios Estaduais do Campo dos Assentamentos da Reforma Agrária no estado do Paraná, no entanto, verifica-se que, de forma contraditória, nem sempre o pensar sobre o meio ambiente se reproduz em um formato crítico da realidade social, embora se considere a condição contra hegemônica defendida na e pela Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação; Assentamentos; Ambiental; Projeto Pedagógico; Projetos Escolares.

¹ Universidade Tutiuti do Paraná. E-mail: mariaarleterosa@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6087583705402900>

² Secretaria de Estado e da Educação. E-mail: marleninha10_comin@hotmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7344090954083792>

³ Centro Universitário Internacional Uninter. E-mail: buczenko@uol.com.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4655070570360776>

Abstract: This article portrays a research that had as its object of study the school projects in Environmental Education of state schools in the countryside, located in rural settlements in the state of Paraná (Brazil). The objective is to understand the presence of Environmental Education in school projects of rural state schools located in rural settlements in Paraná. In this sense, the debate on the concepts of Environmental Education was deepened in order to also know the limits and possibilities of Environmental Education in state schools in rural settlements. In the end, it is evaluated that Environmental Education is present in the school projects of the Political-Pedagogical Projects of the State Colleges of Campo dos Settlements of Agrarian Reform in the state of Paraná, however, it appears that, in a contradictory way, not always thinking about the environment is reproduced in a critical format of social reality, although it is considered the no hegemonic condition defended in and by Rural Education.

Keywords: Education; Settlements; Environmental; Pedagogical Project; School Projects.

Introdução

O presente artigo é resultado de pesquisa que teve como objeto de estudo os projetos escolares em Educação Ambiental, inseridos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos colégios estaduais do campo, localizados nos assentamentos rurais organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no estado do Paraná (ARAÚJO, 2019). A indagação de pesquisa buscou responder se os projetos escolares de Educação Ambiental estão alinhados ao pensamento crítico nos Colégios Estaduais localizados em Assentamentos da Reforma Agrária. O objetivo neste texto é compreender a presença da Educação Ambiental nos projetos escolares dos colégios estaduais do campo localizados em assentamentos rurais do Paraná.

Entre os autores que dão suporte para o presente trabalho estão Layrargues (2012), Loureiro (2012), no sentido de debater a Educação Ambiental em sua perspectiva crítica e conservadora. Sauvé (2005) apresenta as correntes de Educação Ambiental presentes no cenário de pesquisas sobre a área de conhecimento em debate. Plácido, Castro e Guimarães (2018) defendem uma Educa o Ambiental que se abre para o desenvolvimento da cidadania, com uma prática pedagógica engajada com a realidade local, com o conhecimento dos interesses políticos e econ micos dos diferentes sujeitos sociais e institui es, caminhando no sentido contra hegemônico do processo que se impõe. Também, por meio de uma análise das políticas públicas de Educa o Ambiental (EA) e Educa o do Campo (EC), notadamente no estado do Paraná, se infere a respeito do encaminhamento que ambas as áreas do conhecimento podem ter em razão de sua proximidade.

Assim, o presente trabalho segue descrevendo-se inicialmente o método empregado, os resultados da pesquisa e o devido debate acerca dos resultados alcançados sob o olhar da Educa o Ambiental em sua perspectiva crítica.

Método

Em relação aos instrumentos de coleta de dados foram utilizadas a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica. A metodologia de análise se deu conforme os ensinamentos de Bardin (1977, 2011). Segundo a autora, não se trata de um instrumento, mas de um leque de materiais; com maior exatidão, é um único instrumento, porém marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto, ou seja, às comunicações (BARDIN, 1977). Na análise de conteúdo de Bardin (1977), três momentos para a análise dos dados são fundamentais:

- Pré-análise: fase de organização propriamente dita, caracterizada por um conjunto de buscas iniciais de instituições, do primeiro contato com os materiais, com o objetivo de sistematizar os prefácios incorporados na construção de um esquema preciso que irá nortear as demais ações, com vistas à elaboração do plano de análise;

- Exploração do material: consiste na gestão das decisões tomadas, codificando e enumerando os dados mediante normas previamente definidas, o que possibilita, em seguida, elencar categorias que irão classificar os elementos que compõem um conjunto, por diferenciação e seguidamente por reagrupamento;

- Tratamento dos dados: caracteriza-se pelas inferências e interpretação dos dados obtidos, com fundamentação na literatura específica. Constitui o momento de validação dos resultados que apresentam significado, encaminhando, assim, para o estabelecimento dos dados obtidos pela análise realizada.

Assim, os resultados que se apresentam, retratam o processo final que evolve a síntese da pesquisa bibliográfica e documental, bem como o tratamento dado às informações obtidas nos projetos escolares contidos nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos Colégios Estaduais, localizados em Assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Resultados e Discussão

Nos projetos escolares analisados constatou-se que os educadores possuem distintas concepções de meio ambiente e, por consequência, de EA. Tais concepções transitam entre as conservadoras e crítica, em decorrência do processo de concepção do plano de trabalho docente, que é fruto, por vezes, da forma de pensar a relação ser humano e natureza, predominante no senso comum.

Nesse sentido, apresenta-se o Quadro 1, com as diversas correntes de Educação Ambiental definidas por Sauvé (2005), apontando-se semelhanças e diferenças de concepção de Educação Ambiental, presentes nos 16 projetos escolares de EA analisados, de um total de 24 Projetos Político-Pedagógicos

(PPPs) dos Colégios Estaduais, localizados em Assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Quadro 1: Aproximações entre os projetos de Educação Ambiental analisados e as correntes de Educação Ambiental

Projeto de Educação Ambiental	Concepção de meio ambiente dos Projetos Escolares	Correntes de Educação Ambiental	Objetivos da Educação Ambiental segundo as correntes de Sauvé (2005)
1	Natureza	Naturalista	Reconstruir uma liga�o com a natureza.
2	Problema	Resolutiva	Desenvolver habilidades de resolu�o de problemas.
3	Recurso	Conservacionista	Adotar comportamento de conserva�o.
4	Sistema	Sist�mica	Desenvolver um pensamento sist�mico-visão global.
5	Meio de vida	Humanista	Conhecer seu meio de vida e co-nhecer-se melhor em rela�o a ele.
6	Objeto de valores	Moral/�tica	Desenvolver um sistema �tico
7	Território. Lugar de identidade natureza/cultura	Etnográfica	Reconhecer a estreita liga�o entre natureza e cultura.
8	Meio de vida	Humanista	Desenvolver um sentimento de pertenc�a.
9	Lugar de pertenc�a. Projeto comunitário	Biorregionalista	Desenvolver competência em ecodesenvolvimento comunitário, local ou regional.
10	Polo de intera�o para a forma�o pessoal	Eco educa�o	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se no e pelo meio ambiente.
11	Território. Lugar de identidade natureza/cultura	Etnográfica	Valorizar a dimensão cultural de sua rela�o com o meio ambiente.
12	Objeto de a�o/reflexão	Crítica	Desconstruir as realidades socioambientais, visando transformar o que causa problemas
13	Meio de vida	Humanista	Desenvolver um sentimento de pertenc�a.
14	Total o ser	Holística	Desenvolver as múltiplas dimensões de seu ser em intera�o com o conjunto de dimensões do meio ambiente.
15	Meio de vida	Humanista	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em rela�o a ele.
16	Recursos para o desenvolvimento econ�mico. Recursos compartilhados	Projeto de desenvolvimento sustentável	Recursos para o desenvolvimento econ�mico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente.

Fonte: Os autores (2022).

Sauvé (2005) identifica diversas correntes da EA e ao considerar as diversas maneiras de promover a ação educativa ambiental, agrupa as correntes com características semelhantes, embora cada uma possua pontos determinados, específicos. Existem, então, segundo a autora, dois grandes grupos: as tradicionais (1970/1980) e as mais recentes.

Exploraremos brevemente quinze correntes de Educação Ambiental. Algumas têm uma tradição mais antiga e foram dominantes nas primeiras décadas de EA (1970;1980); outras correspondem a preocupações que surgiram recentemente. Entre as correntes que têm uma extensa tradição em Educação Ambiental, analisaremos as seguintes: a corrente naturalista; a corrente conservacionista/recursista; a corrente resolutiva; a corrente sistêmica; a corrente científica; a corrente humanista; a corrente moral/ética. Entre as correntes mais recentes: a corrente holística; a corrente biorregionalista; a corrente prática; a corrente crítica; a corrente feminista; a corrente etnográfica; a corrente da ecoeducação; a corrente do desenvolvimento sustentável (SAUVÉ, 2005, p. 18, tradução nossa).

Para Mota (2015) as correntes apresentadas por Sauvé (2005) parecem ser distintas entre si no que tange às suas especificidades; algumas, porém, possuem aspectos semelhantes. Dessa forma, conforme a apresentação das proposições de EA, estas podem transitar em zonas de convergência entre as correntes propostas pela autora, uma vez que, para Sauvé (2005), a caracterização por meio de correntes é muito mais uma ferramenta de análise do que um grilhão que obriga a classificar tudo em categorias rígidas, com o risco de deformar a realidade, assim, uma proposição de EA pode se enquadrar em uma ou mais correntes de EA.

Verifica-se que os projetos escolares em análise indicam que os educadores, equipe pedagógica e gestores possuem distintas concepções de Educação Ambiental, vinculadas a diversas correntes. De forma contraditória mais uma vez, verifica-se que a corrente de EA crítica (SAUVÉ, 2005), aparece uma única vez, deixando a entender a diversidade de entendimentos sobre o conceito de meio ambiente e, por conseguinte, da relação entre ser humano e natureza.

Importante salientar ainda que em relação à Educação do Campo, tomando-se por base o contexto do estado do Paraná, verifica-se que em função de mobilizações sociais e o devido apoio governamental no passado, houve a definição das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (PARANÁ, 2006) que auxiliaram na territorialização da Educação do Campo, bem como no reconhecimento da necessidade de se atender essa demanda social.

A Educação do Campo é uma política pública que nos últimos anos vem se concretizando no estado do Paraná, assim como no Brasil. Uma política pública pensada, mediante a ação conjunta de governo e sociedade civil organizada. Caracterizada como o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo, que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo (PARANÁ, 2006).

Destaca-se ainda que em relação à EA esta adquire projeção no âmbito social e o devido ao reconhecimento público na década de 1990, no Brasil, mesmo figurando de forma substancial na Carta Constitucional de 1988, em que lhe é dedicado um capítulo específico (LOUREIRO, 2011). Loureiro (2011) também salienta que ocorre, assim, uma busca por um alinhamento por meio de princípios e sua implementação em condições consoantes com as normativas de âmbito internacional estabelecidas, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), em 1994; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996; a Conferência Nacional de EA, em 1997; e a Política Nacional de EA, implementada pela Lei nº 9.795/1999, por exemplo.

Em função dos apelos sociais, já em outro momento histórico, com uma mobilização social que contou com o apoio de instituições como o Ministério Público do Meio Ambiente, entre outras, ocorreu à instalação da Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental por meio da Lei Estadual nº 17.505, publicada em janeiro de 2013, no Estado do Paraná (PARANÁ 2013a). No mesmo ano ainda, o Conselho Estadual de Educação do Estado aprovou a Deliberação nº 04/2013 (PARANÁ, 2013b) estabelecendo as “Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná”, instituindo, assim, “normas complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, a serem desenvolvidas nas instituições de ensino públicas e privadas que atuam nos níveis e modalidades do Sistema Estadual de Ensino do Paraná” (PARANÁ, 2013b).

Percebe-se, assim, que a Educação do Campo em seus princípios de emancipação e de luta, contra a imposição das vontades da sociedade com base no capital e a EA em sua vertente crítica, ou seja, emancipadora e transformadora da realidade social têm muitas possibilidades de aproximação, principalmente quando se pensa nas dimensões do espaço físico, do currículo e da gestão democrática que levam por sua vez, a uma organização curricular diferenciada.

Colocado o debate sobre política pública, política em EA e Política em EC e sua historicidade, percebe-se que ambas têm como ponto culminante a educação, e nesta, como fase germinal, a educação básica, principalmente os anos iniciais da formação do cidadão e da cidadã, condição que ocorre na esfera dos municípios brasileiros. Assim, destaca-se que todo o debate sobre políticas públicas e seus resultados, deve materializar-se na escola pública localizada no campo, em relação à EA e à EC, o que passa a exigir de todos os demais níveis e modalidades educacionais um critério mais aprimorado de formação – formação continuada e permanente -, bem como uma maior responsabilidade perante a missão de educar, transformar e emancipar homens e mulheres que futuramente não só valorizem as conquistas alcançadas, mas busquem de forma coletiva o aprimoramento socioambiental, elevando a condição humana a novos patamares societários (BUCZENKO, 2018, p. 126).

De acordo com os pesquisadores das áreas de Educação Ambiental (EA), Sustentabilidade, Ecopedagogia, Ecosocialismo, entre outras, é consenso que no atual momento histórico, há o entendimento de que a produção do conhecimento é um dos principais fatores para a mudança e transformação da sociedade. Esse conhecimento, devidamente explorado, deve permitir antecipar problemas, estabelecer estratégias e possíveis soluções que levem aos diversos segmentos da sociedade a assumir outros hábitos e atitudes, que se reflita em novos valores e que possibilitem construir também novos caminhos, visando a sedimentar a interdependência do ser humano e a natureza. Consolidando-se, assim, a ideia de que sem a natureza não existem condições de sobrevivência do ser humano no planeta Terra.

Sabe-se que a EA é definida de várias formas, no entanto, a interação desta com o meio educacional é fundante em um processo de repensar o fazer societário, assim,

uma Educação Ambiental que se abre para o desenvolvimento da cidadania, com prática pedagógica engajada com a realidade local, com o conhecimento dos interesses políticos e econômicos dos diferentes sujeitos sociais e das instituições, dos modos de acesso e usufruto dos recursos naturais, dos impasses de negociação, do conflito que impede o diálogo, dos instrumentos jurídicos à disposição e dos demais aspectos que contribuem para a reflexão das alternativas políticas, é de fato uma educação que caminha para atravessar a hegemonia conservadora do fazer educativo (PLÁCIDO; CASTRO; GUIMARÃES, 2018).

Assim, a EA em sua vertente crítica tem maior proximidade de um contexto em que se vive, não só na resistência a uma forma de ser padronizada por um modelo social, como também em um ambiente em que a busca pela emancipação das formas de pensamento hegemônicas e, por consequência, de transformação social, manifestada pela *práxis* diária que ecoa em todos os espaços sociais como o ambiente educacional nas diversas etapas e modalidades.

Em relação ao meio ambiente, ou ambiente como alguns o definem, Guimarães (1995, p. 12) defende que “o meio ambiente é uma unidade que precisa ser compreendida inteira, e é através de um conhecimento interdisciplinar que poderemos assimilar plenamente o equilíbrio dinâmico do ambiente”. Barbieri (2014) afirma que meio ambiente é tudo que envolve ou cerca os seres vivos e as demais coisas ou o que está ao seu redor, ou seja, o planeta Terra, com todos os seus elementos, tanto naturais quanto alterados e construídos pelos seres humanos.

Carvalho (2012) define que o meio ambiente é visto como,

espaço relacional, em que a presença humana, longe de ser percebida como extemporânea, intrusa ou desagregadora (‘câncer do planeta’), aparece como um agente que pertence à teia de relações da vida social, natural e cultural e interage com ela. Assim, para o olhar socioambiental, as modificações resultantes da interação entre os seres humanos e a natureza nem sempre são nefastas; podem muitas vezes ser sustentáveis, propiciando, não raro, um aumento da biodiversidade pelo tipo de ação humana ali exercida (CARVALHO, 2012, p. 37).

Com base nesses conceitos foram analisados os projetos políticos-pedagógicos dos Colégios Estaduais do Campo no estado do Paraná, 24 PPPs ao todo e 16 projetos escolares que abordam as questões ambientais, conforme já citado. Com o suporte nos ensinamentos de Bardin (1977; 2011) foi realizada a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, possibilitando a apresentação dos resultados obtidos.

Para uma melhor compreensão dos resultados na análise dos 16 projetos escolares de EA, organizou-se o Quadro 2 identificando-os em ordem numérica de Projetos de EA de 1 a 16. O quadro está organizado no sentido de explorar em cada projeto o conceito de meio ambiente, o conceito de educação do campo, os principais conteúdos explorados e as atividades desenvolvidas nos colégios.

Quadro 2: Projetos escolares de Educação Ambiental inseridos nos ppps dos colégios estaduais do campo (2010-2017).

Projeto EA	Conceito de meio ambiente	Conceito de Educação do campo	Conteúdos	Atividades
1	Natureza, local a ser apreciado, respeitado e preservado para garantir a sobrevivência.	Espaço de vida, de trabalho, cultura e produção de conhecimento.	Erosão. Efeito estufa. Reciclagem. Biodiversidade. Tecidos vegetais e morfologia. Coleta de lixo.	Aulas expositivas. Vídeos de experiências. Oficinas. Exposições de trabalho dos alunos.
2	Natureza reencontro com as origens e identidade cultural e biológica uma espécie de diversidade “biocultural”.	Campo como modo de viver, de semear, de colher.	Compostagem. Solo e resíduos sólidos. Fisiologia vegetal.	Oficinas. Debates. Aulas expositivas.
3	Recursos, gerador de matéria-prima e energia, consumo responsável.	Campo como lugar de vida, de história, de luta pela terra.	Erosão. Manuseio de vegetais. Agrotóxicos. Vida e reprodução das plantas. Coleta de lixo.	Filmes. Dinâmica de grupos. Aulas expositivas. Exposição de trabalhos dos alunos.
4	Natureza, lugar comum de uso responsável para o acesso de todos.	Campo como lugar de trabalho, de cultura, de produção de conhecimento.	Produção orgânica. Compostagem. Reprodução da flora e fauna. Horta.	Filmes. Debates. Trabalho em grupos. Aulas expositivas.
5	Ambiente natural em que o ser humano estabelece vínculos de pertencimento.	Campo lugar de morar, trabalhar, de produzir.	Técnicas de cultura orgânica. Compostagem. Biodiversidade. Reciclagem. Erosão. Coleta de lixo.	Exposições. Campanhas de mobilizações. Música. Pesquisas.
6	Meio ambiente no sentido de ecossistema.	Campo como espaço de vida social, de plantar, de colher, de produzir a existência.	Biosfera. Erosão. Aquecimento global. Biodiversidade.	Atividades coletivas. Grupos de debates. Pesquisas. Oficinas.
7	Meio ambiente como lugar complexo e diverso.	Campo como espaço de viver, de conviver, de trabalho, de cultura, de histórias.	Plantio de ervas medicinais. Reciclagem. Resíduos sólidos.	Aula expositiva. Filmes. Pesquisa.

Continua...

...continuação.

Projeto EA	Conceito de meio ambiente	Conceito de Educação do campo	Conteúdos	Atividades
8	Meio ambiente como lugar onde se vive.	Campo como lugar de trabalhar a terra e cuidar da vida.	Produção orgânica. Reciclagem. Coleta de lixo. Compostagem.	Atividades culturais. Aulas práticas. Oficinas.
9	Meio ambiente referente à vida cotidiana casa-escola-trabalho.	Campo, lugar de viver, de produzir, de história, de educação.	Conservação do solo. Preservação de sementes crioulas. Desperdício de alimentos.	Aulas teóricas e práticas. Exposições. Oficinas.
10	Meio ambiente como biosfera.	Campo como lugar de vida, de produção de alimentos, de integração com a terra.	Preservação de árvores nativas. Reciclagem. Biodiversidade. Revolução química. Proteção de nascentes.	Oficinas. Debates. Aulas expositivas. Vídeos. Pesquisas.
11	Meio ambiente como território de uso humano.	Campo como espaço de lutas, de conflitos, de vida, de trabalho.	Desmatamento. Reutilização de material reciclável. Agrotóxico. Erosão.	Atividades culturais. Oficinas. Aulas expositivas. Exposições.
12	Meio ambiente como "nossa casa comum".	Campo como lugar de vida – homem – terra – natureza para garantir mais vida.	Controle biológico. Reforma agrária. Desmatamento. Coleta de lixo. Jardinagem. Agroecologia.	Vídeos. Aulas expositivas e práticas. Debates.
13	Natureza espaço de vida.	Campo como lugar de vida, de cultura, de trabalho.	Agrotóxico. Utilização de sementes crioulas. Reutilização de material reciclável.	Aulas expositivas. Apresentação de trabalhos dos alunos.
14	Meio ambiente como espaço de todos.	Campo lugar de vida, de cultura, de luta pela terra.	Produção orgânica de frutas, legumes, verduras e hortaliças. Recuperação do solo.	Aulas expositiva. Oficinas. Apresentação de trabalho de grupo.
15	Meio ambiente- espaço de uso do ser humano.	Campo como natureza, trabalho, cultura, produção, e conhecimento.	Sistema agroflorestal. Desmatamento. Construção de horta mandala. Agroecologia.	Aulas expositivas. Pesquisa orientada. Oficinas.
16	Meio ambiente- terra, água, ar, é a matriz de toda vida.	Campo como lugar de vida, produção de alimentos, de território camponês.	Produção de alimentos. Fisiologia vegetal. Contaminação da água. Aquecimento global. Agrotóxico.	Exposição de trabalhos. Vídeos. Oficinas. Aulas práticas.

Fonte: Os autores (2022).

Revbea, São Paulo, V. 18, Nº 1: 190-206, 2022.

Com base no quadro elaborado verifica-se que em relação ao conceito de Educação do Campo, há certa uniformidade variando-se a abordagem com a utilização de palavras como: campo como lugar; campo como natureza; campo como lugar de vida; como espaço de lutas; campo como espaço de vida; entre outros. Não há uma delimitação definida, pois o conceito de campo é de todos, é coletivo e um dos fundamentos do conceito da Educação do Campo.

Verifica-se também que a palavra agroecologia tem uma presença marcante dentro da concepção da Educação do Campo, e surge de forma constante nos projetos analisados, pois, em geral, se contrapõe à ideia de agronegócio, que é a vertente do modo de produção capitalista voltada para a perspectiva do homem e mulher do campo, vistos então, como empreendedores no campo, integrados a uma rede de produção, comércio e consumo com o objetivo único de obter certa lucratividade com seus negócios no campo.

Ainda sobre o conceito de Agroecologia Gubur e Toná definem que se

constitui, em resumo, um conjunto de conhecimentos sistematizados, baseados em técnicas e saberes tradicionais (dos povos originários e camponeses) [...] Compreende-se que ela seja inseparável da luta pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios, pelas reformas agrária e urbana, e pela cooperação e aliança entre os povos do campo e da cidade. A agroecologia se insere, dessa maneira, na busca por construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida (Via Campesina e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2006), sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana. (GUBUR; TONÁ, 2012, p. 59)

O conceito de meio ambiente, presente também nos projetos analisados possui grande diversidade em sua definição, condição que possibilita pensar que não há uma uniformidade em relação à concepção de meio ambiente e, por conseguinte, de EA. Condição que se reflete na observância dos conteúdos abordados nos projetos escolares, nos quais se vê a predominância das palavras: agrotóxico; reciclagem; coleta de lixo; solo; entre outras.

Fica saliente também que, apesar de se tratar de uma realidade específica, ou seja, da EA na perspectiva da Educação do Campo, há uma variedade de sentidos que se refletem em abordagens diferenciadas sobre a concepção de EA.

Pode-se inferir, após as devidas análises, que os projetos de Educação Ambiental inseridos nos projetos político-pedagógicos se apoiam inicialmente nas Diretrizes Curriculares Estaduais (PARANÁ, 2006). As Diretrizes Curriculares, por sua vez, apresentam conteúdos básicos a serem consultados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica dos colégios/escolas da

educação básica da rede pública de ensino, tais como: a) a diversificação de produtos relativos à agricultura e o uso de recursos naturais; b) a agroecologia e o uso das sementes crioulas; c) a questão agrária e as demandas históricas por reforma agrária; d) os trabalhadores assalariados rurais e suas demandas por melhores condições de trabalho; e) a pesca ecologicamente sustentável; f) o preparo do solo. Ressalta-se que o tema meio ambiente pouco aparece no texto das referidas Diretrizes, surgindo somente na forma de sugestão de abordagem, ou seja, na forma de

eleger temas centrais para a prática pedagógica escolar pode ser um caminho para articular os conhecimentos específicos das áreas. Por exemplo: Meio Ambiente, Trabalho na terra, Alimentação, Saúde podem ser temas de projetos escolares, porém a essência do trabalho estará na articulação a ser feita entre as áreas do conhecimento. O envolvimento de professores, alunos, comunidade e equipe escolar na prática pedagógica é um caminho para o desenvolvimento da participação social (PARANÁ, 2006).

O Movimento Social dos Trabalhadores sem Terra (MST) parte do princípio de que o meio ambiente é visto como foco de uma relação intrínseca entre ser humano e natureza e a aposta do movimento, está na agroecologia.

Não há como falar de agricultura sem levar em conta a questão ambiental. Independente do modelo agrícola que se proponha para o campo, o meio ambiente está intrinsecamente ligado. Dessa maneira que o programa agrário do MST defende uma agricultura que esteja em harmonia e que respeite o meio ambiente. Por isso que nos baseamos na matriz tecnológica da agroecologia, que busca aliar os conhecimentos ancestrais do manejo com a terra e com as sementes com a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, para que se possam produzir alimentos saudáveis em larga escala sem prejudicar as riquezas naturais (MST, 2020).

No entanto, verifica-se que não está clara a concepção de Educação Ambiental, seja nas Diretrizes Curriculares de Educação do Campo do estado do Paraná, seja no posicionamento do MST. E, em relação ao meio ambiente, o MST se posiciona de forma crítica ao agronegócio, pela opção da agroecologia.

Essas contradições presentes no estudo que ora se relata, se aproximam das análises de Layrargues (2012) que ao analisar o cenário político-ideológico da EA brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica, apresentou três macrotendências da EA na atualidade: a) conservacionista; b) pragmática; c) crítica. Segundo o Autor a EA conservacionista se expressa no país

por meio das correntes conservacionista e naturalista, da alfabetização ecológica e do movimento *sharing nature*.

Essa macrotendência, segundo o autor ainda, atualizou-se na virada do século, ampliando por meio de outras expressões que conectam a EA à pauta verde, como o ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos, escotismo, observação de aves e algumas dinâmicas agroecológicas e de senso de percepção.

A macrotendência pragmática segundo ainda o autor abrange as correntes da educação para o desenvolvimento e consumo sustentáveis, respondendo ainda à pauta marrom, em razão de ser urbano-industrial, anteriormente com foco no lixo, ou seja, na coleta seletiva e reciclagem dos resíduos. Essa macrotendência também se atualizou na virada do século para o consumo sustentável e, atualmente, converge para os temas da mudança climática e da economia verde.

A macrotendência crítica segundo Layrargues (2012) de forma única se posiciona a explicitar o pertencimento a uma filiação político-pedagógica, exercitando sua condição de contra hegemonia, pois foi construída em oposição às vertentes conservadoras, no início dos anos 1990, resultante da insatisfação do predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investem apenas em crianças nas escolas, nas ações comportamentais e individuais, principalmente no âmbito doméstico e privado.

Para Layrargues (2012) a macrotendência crítica frutifica

do pensamento Freireano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chave como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflito, Democracia, Emancipação, Justiça, Transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros. Tem na intervenção político-pedagógica dos casos de Conflitos Socioambientais a sua identidade exclusiva em relação às macrotendências anteriores: é esse o 'tema-gerador' por definição da Educação Ambiental Crítica, aquele que lhe é específico por natureza, pois lhe permite expressar sua lógica em total plenitude (LAYRARGUES, 2012, p. 404).

Na mesma esteira Loureiro (2012b) define que a macrotendência crítica se situa entre as correntes da EA popular, emancipatória e transformadora, no processo de gestão ambiental e tem um papel fundamental o desvelar de uma realidade que necessita de uma abordagem crítica, em face da urgência da questão ambiental na sociedade, na qual repensar a relação do ser humano com a natureza é vital, principalmente no ambiente educacional, em razão do caráter formativo para as novas gerações.

Assim, se posiciona Loureiro (2012a),

Revbea, São Paulo, V. 17, Nº 1: 190-206, 2022.

somos por afirmar que não há ação educativa ambiental que não seja simultaneamente afetiva, cognitiva, criativa, lúdica, dialógica e política. Na Educação Ambiental emancipatória, o desenvolvimento humano passa a ser visto e compreendido nas ações e relações, e o corpo como a expressão material da dinâmica biológica, genética, psicológica, mental, cultural, social e econômica, em contextos específicos (LOUREIRO, 2012a, p. 33).

De posse das macrotendências de EA e com um olhar específico para os projetos escolares, identificou-se aproximações dos conceitos de meio ambiente com as macrotendências definidas por Layrargues (2012) como se observa no Quadro 3.

Quadro 3: Aproximação das concepções de meio ambiente identificadas nos projetos com as macrotendências.

Conservadora - pragmática	Conceitos de meio ambiente
<p>Vincula-se aos princípios da ecologia, à valorização da dimensão afetiva em relação à natureza e à mudança do comportamento individual em relação ao meio, baseada no pleito por uma mudança cultural. Atualizada nas expressões que vinculam a Educação Ambiental à pauta verde.</p> <p>Pragmática: trabalha na perspectiva de um planeta limpo. Vincula-se à pauta marrom, por ser urbano-industrial.</p>	<p>PEA 1 - Natureza, local a ser apreciado, respeitado. PEA 2 - Natureza reencontro com as origens e identidade cultural e biológica uma espécie de diversidade. PEA 3 - Recursos, gerador de matéria-prima e energia, consumo responsável. PEA 4 - Natureza, lugar comum de uso responsável para o acesso de todos. PEA 5 - Ambiente natural em que o ser humano estabelece vínculos. PEA 7 - Meio ambiente como lugar complexo. PEA 8 - Meio ambiente como lugar onde se vive. PEA 9 - Meio ambiente referente à vida. PEA 11 - Meio ambiente como território de uso humano. PEA 13 - Natureza espaço de vida. PEA 14 - Meio ambiente como espaço de todos. PEA 15 - Meio ambiente-espaço de uso do ser humano.</p>
Crítica	
<p>Educação Ambiental deve preparar o educando para que compreenda o mundo em que vive, buscando, pelo conhecimento, melhorar sua relação como ser da natureza. Declara explicitamente o pertencimento a uma filiação político-pedagógica na perspectiva crítica, emancipatória e transformadora. Concebe a construção de um mundo saudável fundado em relações de solidariedade e justiça social.</p>	<p>PEA 6 - Meio ambiente no sentido de ecossistema. PEA 10 - Meio ambiente como biosfera. PEA 12 - Meio ambiente como “nossa casa comum”. PEA 16 - Meio ambiente como matriz de toda vida.</p>

Fonte: Os autores (2022)

Ao visualizar-se o quadro, constata-se que há um predomínio das macrotendências conservadora e pragmática na concepção dos projetos escolares, ante a falta de um posicionamento claro sobre a relação ser humano e

natureza e de crítica ao contexto social em que se vive. De forma contraditória, sabe-se que a construção dos Projetos Políticos Pedagógicos se dá no movimento contra hegemônico de resistência à sociedade capitalista, no entanto a forma de se conceber a EA ainda é conservadora de forma predominante.

Essa permanência também se verifica em outros contextos como o investigado por Tavares (2016) sobre a EA na prática pedagógica dos Professores de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) em Curitiba. Da mesma forma Kusma (2017) verifica essa condição quando se debruça sobre a prática do Pedagogo em Escolas Municipais de Curitiba e Buczenko (2017), ao avaliar o trabalho do Coordenador Pedagógico em Escolas Municipais Localizadas no Campo em Área de Proteção de Ambiental de Manancial, em municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Conclusões

Ao final, avalia-se que a Educação Ambiental se faz presente nos projetos escolares dos Projetos Político-Pedagógicos dos Colégios Estaduais do Campo dos Assentamentos da Reforma Agrária no estado do Paraná, no entanto, verifica-se que, de forma contraditória, nem sempre o pensar sobre o meio ambiente se reproduz em um formato crítico da realidade social, embora se considere a condição contra hegemônica defendida na e pela Educação do Campo.

A relação ser humano – natureza de forma harmônica e em equilíbrio não se faz presente na forma de ser e fazer a vida humana no modo de produção capitalista, no qual estamos imersos. Assim, repensar esse modo de ser e fazer principia-se por ações produzidas pelo MST e pelo viés da agroecologia, que se refletem no projeto de Educação do Campo, representados pelos projetos de Educação Ambiental, no entanto como se vê, existem ainda permanências de concepções conservadoras e pragmáticas que, aos poucos, podem ser repensadas, buscando-se um alinhamento com perspectiva crítica de Educação Ambiental que, por sua vez, está em sintonia com a forma de pensar a Educação do Campo.

Dessa forma, verifica-se que os projetos escolares de Educação Ambiental, contidos nos Projetos Políticos Pedagógicos dos Colégios Estaduais localizados em Assentamentos da Reforma Agrária, coordenados pelo MST, estão alinhados em parte ao pensamento crítico, emancipatório e transformador da realidade que se deseja modificar.

Referências

- ARAÚJO, M. A. C.de. Educação Ambiental nos colégios dos assentamentos organizados no MST: tendências conservadoras e crítica. 2019. 192 f. **Tese** (Doutorado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BUCZENKO, G. L. **Educação Ambiental e Educação do campo: caminhos em comum**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.
- CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GUBUR, D. M. P; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. 7. ed. Campinas: Papirus, 1995.
- KUSMA, E. N. Educação Ambiental: a prática do pedagogo em escolas da rede municipal de ensino de Curitiba. 2017. 209 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.
- LAYRARGUES, P. P. Para onde vai à Educação Ambiental? O cenário político-ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra hegemônica. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 398-421, ago./dez. 2012.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da Educação Ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2012a.
- LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012b.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MOTA, J. C. Limites e possibilidades na transição para espaços educadores sustentáveis em escolas municipais de São João Batista – SC. 2015. 127 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí.
- PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PARANÁ. **Lei n. 17.505**, de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. Disponível em: <<https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17505-2013-parana-institui-a-politica-estadual-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-de-educacao-ambiental-e-adota-outras-providencias>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n. 04/2013**. Disponível em: <https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Delibracoes/2013/deliberacao_04_13.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PLÁCIDO, O. P. de; CASTRO, E.M.N.V. de; GUIMARÃES, M.. Travessias para Educação Ambiente '*desde el sur*': uma agenda política crítica comum em 'zonas de sacrifício' como o Brasil e América Latina. **Ambiente & Educação**. v. 23, n. 1, 2018.

SAUVÉ. L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, maio/ago. 2005.

TAVARES, T. E. S. Educação Ambiental na prática pedagógica dos Professores de um centro municipal de educação Infantil de Curitiba. 2016. 210 p. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba.